

Património dos Pobres - Calvário do Carvalhido

Anexo

22 de Setembro de 2021

Índice

1	Identificação da Entidade.....	4
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	4
3	Principais Políticas Contabilísticas.....	5
3.1	Bases de Apresentação	5
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	6
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	12
5	Ativos Fixos Tangíveis.....	12
6	Ativos Intangíveis	13
7	Locações	14
8	Custos de Empréstimos Obtidos	14
9	Inventários.....	14
10	Rédito	15
11	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.....	16
12	Subsídios do Governo e apoios do Governo	16
13	Efeitos de alterações em taxas de câmbio	16
14	Imposto sobre o Rendimento	16
15	Benefícios dos empregados	16
16	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	17
17	Outras Informações.....	17
17.1	Investimentos Financeiros	17
17.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros.....	18
17.3	Clientes e Utentes	18
17.4	Outras contas a receber	19
17.5	Diferimentos.....	19
17.6	Outros Ativos Financeiros	19
17.7	Caixa e Depósitos Bancários.....	19
17.8	Fundos Patrimoniais.....	20
17.9	Fornecedores.....	20
17.10	Estado e Outros Entes Públicos.....	20
17.11	Outras Contas a Pagar	21

17.12 Outros Passivos Financeiros	21
17.13 Fornecimentos e serviços externos.....	21
17.14 Outros rendimentos	22
17.15 Outros gastos	22
17.16 Juros e gastos similares suportados.....	23
17.17 Acontecimentos após data de Balanço	23

1 Identificação da Entidade

A “Património dos Pobres - Calvário do Carvalhido” é uma instituição sem fins lucrativos, com estatutos publicados no Diário da República, com sede em Rua de Sarmento de Beires, 204.

A Obra do Património dos Pobres- Calvário do Carvalhido foi criada em 26 de Fevereiro de 1965, pelo 1º Pároco da Paróquia do Sagrado Coração de Jesus do Carvalhido (1941-1987), Padre António José Soares Pacheco, segundo o espírito do Padre Américo “Dar uma cama para morrer a quem a não a teve para viver” e desde então vem acolhendo pessoas idosas, doentes, em situação de precaridade económica-financeira, inexistência ou insuficiente retaguarda familiar.

O Património dos Pobres-Calvário do Carvalhido é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, encontrando-se registada na Direção Geral da Solidariedade e Segurança Social e com quem mantém Protocolo e Acordos de Cooperação.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de julho, com as alterações e redação dada pelo Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de junho e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Em 2020 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, alterado pelo Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de junho.

O Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);

Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;

Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;

Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) –

Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho;

Normas Interpretativas (NI) – Aviso nº 8258/2015 de 29 de julho.

3 Principais Políticas Contabilísticas

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as normas contabilísticas em vigor.

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento), sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorram alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material, se a sua omissão ou inexatidão influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

O relato dos ativos e passivos são apresentados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, de acordo com os critérios que têm vindo a ser adotados nos últimos exercícios.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa é divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas foram levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Não se verificaram alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas não foram afetadas no presente exercício.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida. Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade. As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais. As depreciações são calculadas, assim que os bens estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “Variações nos fundos patrimoniais”. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	50
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	5
Equipamento de transporte	5
Equipamento biológico	5
Equipamento administrativo	5
Outros Activos fixos tangíveis	5

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativa, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo

que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade. As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela seguinte:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	10
Programas de Computador	5
Propriedade industrial	10
Outros Ativos Intangíveis	2

3.2.3 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. Estes encontram-se mensurados ao custo ou ao justo valor.

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores, beneméritos, patrocinadores, doadores, associados e membros que se encontram com saldo no final do período e sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, por forma a retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a dois anos.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Caixa e depósitos bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” incluem caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.4 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.5 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.6 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.3. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos".

3.2.7 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."

3.2.8 Rédito

O rédito é proveniente da prestação de serviços e uso de outros ativos da entidade que produzem juros ou dividendos. O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da

transação/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Instituição;

- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;

Quando os serviços prestados são desempenhados por um número indeterminado de atos, durante um período específico de tempo, o rédito é reconhecido numa base de linha reta durante esse período. O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do acréscimo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Instituição e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

3.2.9 Subsídios e outros apoios

Os subsídios do Estado apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Instituição irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

3.2.10. Benefícios dos empregados

As contribuições da Instituição para planos de benefícios são reconhecidas como gasto no período a que respeitam, quando os empregados abrangidos pelo plano prestaram os serviços que lhes conferem o direito à contribuição da Instituição. São reconhecidas como um passivo, quando um empregado tiver prestado serviços em troca de um benefício no futuro. Os benefícios dos empregados aqui incluídos são, salários, contribuições para a regimes de proteção social, outros não monetários (cuidados médicos), bem como os benefícios por cessação de emprego. Os benefícios dos empregados são liquidados por pagamentos, efetuados diretamente aos mesmos.

São aqui incluídos empregados que prestam serviço a tempo completo, a tempo parcial ou temporários.

3.2.11. Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço “adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço (“non adjusting events”) ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materialmente relevantes.

3.2.12. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e

passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período. As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes.

Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2020 e de 2019, evidenciando as adições, os abates e as alienações, as depreciações e outras variações, foram desenvolvidas de acordo com as seguintes tabelas:

Quadro 2020:

Descrição	Terenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início	111 819,68	2 728 778,91	627 611,43	64 533,40	118 773,76		23 284,73			3 674 801,91
Depreciações acumuladas		1 374 672,98	670 362,24	61 553,40	120 422,94		23 284,73			2 250 296,29
Saldo no início do período	111 819,68	1 354 105,93	(42 750,81)	2 980,00	(1 649,18)					1 424 505,62
Variações do período		(50 642,01)	(61,47)		(1 406,35)					(52 109,83)
Total de aumentos										
Total diminuições		50 642,01	7 365,11							58 007,12
Depreciações do período		50 642,01	7 365,11							58 007,12
Outras transferências			7 303,64		(1 406,35)					5 897,29
Saldo no fim do período	111 819,68	1 303 463,92	(42 812,28)	2 980,00	(3 055,53)					1 372 395,79
Valor bruto no fim do período	111 819,68	2 728 778,91	633 508,72	64 533,40	118 773,76		23 284,73			3 680 699,20
Depreciações acumuladas no fim do período		1 425 314,99	676 321,00	61 553,40	121 829,29		23 284,73			2 308 303,41

Quadro comparativo:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início	74 819,68	2 728 778,91	627 611,43	64 533,40	118 773,76		23 284,73			3 637 801,91
Depreciações acumuladas		1 324 030,95	662 767,20	61 553,40	119 296,47		23 284,73			2 190 932,75
Saldo no início do período	74 819,68	1 404 747,96	(35 155,77)	2 980,00	(522,71)					1 446 869,16
Variações do período	37 000,00	(50 642,03)	(7 595,04)		4 770,82					(16 466,25)
Total de aumentos										
Total diminuições		50 642,03	8 721,51							59 363,54
Depreciações do período		50 642,03	8 721,51							59 363,54
Outras transferências	37 000,00		1 126,47		4 770,82					42 897,29
Saldo no fim do período	111 819,68	1 354 105,93	(42 750,81)	2 980,00	4 248,11					1 430 402,91
Valor bruto no fim do período	111 819,68	2 728 778,91	627 611,43	64 533,40	118 773,76		23 284,73			3 674 801,91
Depreciações acumuladas no fim do período		1 374 672,98	670 362,24	61 553,40	114 525,65		23 284,73			2 344 399,00

6 Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2019 e de 2020, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	Trespasse	Projetos desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Adiantamentos at. Intangíveis	TOTAL
TOTAIS ATIVOS INTANGÍVEIS								
Valor bruto total no fim do período			7 413,92					7 413,92
Amortizações acumuladas totais no fim do período			7 001,58					7 001,58
VIDA ÚTIL INDEFINIDA								
Saldo no início do período								
Valor líquido no fim do período								
VIDA ÚTIL DEFINIDA								
Valor bruto no início			7 413,92					7 413,92
Amortizações acumuladas			7 001,58					7 001,58
Saldo no início do período			412,34					412,34
Variações do período								
Total de aumentos								
Total diminuições								
Saldo no final do período			412,34					412,34

7 Locações

A Entidade detinha os seguintes ativos adquiridos com recurso à locação financeira:

Descrição	2020			2019		
	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada
Terrenos e recursos naturais	74.819,68	0,00	74.819,68	74.819,68	0,00	74.819,68
Edifícios e outras construções	2.728.778,91	1.425.314,99	1.303.463,92	2.728.778,91	1.374.672,98	1.374.672,98
Equipamento básico	627.611,43	627.611,43	-	627.611,43	627.611,43	-
Equipamento de transporte	64.533,40	61.553,40	2.980,00	64.533,40	61.553,40	2.980,00
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	118.773,76	118.773,76	-	118.773,76	118.773,76	-
Outros Ativos fixos tangíveis	23.284,73	23.284,73	-	23.284,73	23.284,73	-
Total	3.637.801,91	2.256.538,31	1.381.263,60	3.637.801,91	2.205.896,30	1.431.905,61

8 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

A 31 de Dezembro de 2020 não existem créditos.

9 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2020				2019			
	Inventário Inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Inventário Inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1.873,52	88.726,84	0,00	1.750,03	1.529,42	107.638,35	0,00	1.873,52
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	1.873,52	88.726,84	0,00	1.750,03	1.529,42	107.638,35	0,00	1.873,52
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				88.850,33				107.294,25
Variações nos inventários da produção								

O surto do novo coronavírus, ou COVID-19, declarado como pandemia global, causou impacto a vários níveis económicos e financeiros. Uma das consequências deste vírus foi o aumento dos custos adicionais, nomeadamente, a aquisição de equipamento de proteção individual (EPI), e equipamentos de higienização, e por outro lado o aumento dos preços.

10 Rédito

Para os períodos de 2020 e 2019 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2020	2019
Vendas	0,00	0,00
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	870.466,87	1.025.914,91
Quotas e joias	0,00	0,00
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Juros	64,75	172,98
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	870.531,62	1.026.087,89

A incerteza sobre a intensidade e evolução da pandemia de COVID-19 prevaleceu ao longo de 2020, tendo os seus múltiplos impactos colocado desafios para a estabilidade financeira do país. Até 2019 a economia portuguesa encontrava-se num período de ajustamento e convergência com o resto da Europa, tendo-se verificado uma redução do endividamento das empresas e particulares para valores próximos da média da área do euro, assim como um excedente do saldo orçamental. Mas com a imposição de medidas de restrição, o encerramento de fronteiras e o seu condicionamento à livre circulação, verificou-se uma acentuada queda da procura e da oferta, com repercussões na situação financeira dos diversos agentes económicos.

O período económico findo em 31 de Dezembro de 2020 ficará marcado na história pela situação pandémica provocada pelo vírus designado de Covid-19.

A declaração do estado de emergência, teve impactos operacionais e económico-financeiros, ao nível dos resultados, tendo-se verificado uma quebra generalizada nas receitas, representando uma variação de (13,44)% relativamente ao ano anterior.

11 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

Nos períodos de 2020 e 2019, não ocorreram as seguintes variações relativas a provisões.

Passivos contingentes

A entidade não tem evidências de passivos contingentes.

Ativos contingentes

A entidade não tem evidências de ativos contingentes.

12 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2020	2019
Subsídios do Governo		
ISS, IP – Centro Distrital	545.767,37	452.100,62
Apoios do Governo		
Total	545.767,37	452.100,62

13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Em 31/12/2020 e 31/12/2019, não se verificaram quaisquer alterações das taxas de câmbio.

14 Imposto sobre o Rendimento

Conforme já mencionado anteriormente no ponto 3.2.7. – Estado e Outros Entes Públicos, a Património dos Pobres é isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC).

15 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos no período de 2020 foi nove.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2019 foi de 88 pessoas e em 31/12/2020 foi de 90.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2020	2019
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	724.883,01	714.387,29
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	7.709,46	3.013,44
Encargos sobre as Remunerações	162.357,89	159.166,33
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	28.051,54	23.927,92
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	3.933,69	2.146,70
Total	926.935,59	902.641,68

16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora quer em 2019 quer em 2020, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

17.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2020 e 2019, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2020	2019
Investimentos em subsidiárias	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em associadas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos noutras empresas	0,00	0,00
Outros investimentos financeiros	2.365,14	2.090,94
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
Total	2.365,14	2.090,94

O montante de 2.365,14 refere-se ao fundo de compensação trabalho.

17.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2020 e 2019, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2020	2019
Ativo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Doadores - em curso	0,00	0,00
Patrocinadores	0,00	0,00
Quotas	0,00	0,00
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Perdas por imparidade	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Passivo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Resultados disponíveis	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

17.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2020 e 2019 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2020	2019
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	72.494,43	62.905,52
Utentes	27.410,45	44.499,01
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Clientes e Utentes factoring		
Clientes		
Utentes		
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes		
Utentes		
Total	99.904,88	107.404,53

17.4 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a seguinte decomposição:

Descrição	2020	2019
Devedores por acréscimos de rendimentos	135.740,20	135.740,20
Outros Devedores	48.974,15	43.982,80
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
Total	184.714,35	179.723,00

17.5 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2020	2019
Gastos a Reconhecer		
	26.820,78	22.890,42
Total	26.820,78	22.890,42
Rendimentos a Reconhecer		
	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

17.6 Outros Ativos Financeiros

Não aplicável.

17.7 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2020 e 2019, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2020	2019
Caixa	0,00	0,00
Depósitos à ordem	294.601,79	169.508,48
Depósitos a prazo	133.000,00	212.000,00
Outros		
Total	427.601,79	381.508,48

17.8 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	303.068,32	0,00	0,00	303.068,32
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	742.386,37	37.792,74	0,00	780.179,11
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	753.934,47	0,00	30.612,16	723.322,31
Total	1.799.389,16	37.792,74	30.612,16	1.806.569,74

Em 2020 foram reconhecidos na conta de Resultados Transitados o montante de € 104.630,56 relativo à diferença entre o subsídio recebido do ISS, IP. e montante contabilizado em 2018 e ainda o montante de € 23.032,39 relativo ao subsídio para investimento não reconhecido nos anos de 2017, 2018 e 2019.

17.9 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Fornecedores c/c	41.999,04	63.260,99
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	41.999,04	63.260,99

17.10 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	37.478,49	30.052,68
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	37.478,49	30.052,68
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)		0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)		0,00
Segurança Social	27.025,77	29.236,18
Outros Impostos e Taxas	197,60	197,60
Total	27.223,37	29.437,80

17.11 Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2020		2019	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		-3.035,25		447,83
Cauções	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações		-640,87		640,87
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
Fornecedores de Investimentos		-353,01		-353,01
Credores por acréscimo de gastos		-139.342,70		510,53
Outros credores		-103.435,00		-18.842,06
Total		-246.806,83	0,00	-17.595,84

17.12 Outros Passivos Financeiros

Não aplicável.

17.13 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019, foi a seguinte:

Descrição	2020	2019
Subcontratos	123.918,51	228.181,91
Serviços especializados	105.375,03	88.198,07
Materiais	7.270,75	5.405,64
Energia e fluidos	80.631,41	82.681,72
Deslocações, estadas e transportes	10,72	20,97
Serviços diversos	105.540,00	94.562,33
Total	422.746,42	499.050,64

17.14 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Rendimentos Suplementares	0,00	0,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros rendimentos	14.331,23	17.027,49
Total	14.331,23	17.027,49

17.15 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Impostos	1.340,79	2.900,22
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos nos restantes investimentos financeiros	0,00	0,00
Gastos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Correções relativas a períodos anteriores	350,20	10.558,84
Quotizações	541,44	498,00
Outros Gastos	158,35	1.900,97
Total	2.390,78	15.858,03

